|  |
| --- |
| TERMO DE REFERÊNCIA |

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial, armada e desarmada, motorizada e não motorizada, para atendimento contínuo às áreas e edifícios de propriedade ou uso da CESAMA, que constituem suas Unidades, de acordo com as especificações e quantitativos descritos neste Termo de Referência (TR).

1. **JUSTIFICATIVAS**
   1. 2.1 A segurança é um dos direitos fundamentais e inalienáveis do ser humano de acordo com a Constituição Federal.
   2. 2.2. A contratação de serviços de vigilância patrimonial armada de forma contínua, ininterrupta, justifica-se para o atendimento às necessidades de segurança das pessoas e proteção das áreas e edificações das Unidades da CESAMA, para prevenir e coibir agressões, vias de fato, acesso a áreas críticas, furtos e outras ações que possam resultar em danos à vida e ao patrimônio público
   3. 2.3. A Cesama atualmente administra dois contratos de vigilância com o mesmo objeto, os quais expiram em 01/05/2025 e 23/05/2025, respectivamente. Para concentrar esforços em um único contrato, otimizando a gestão administrativa e proporcionando maior eficiência operacional e de fiscalização e Cesama optou por unificar esses contratos por meio de uma nova licitação.
   4. 2.4 Quanto à participação de empresas em consórcio, considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas em edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio neste certame.
   5. 2.5 No tocante ao processo formal de contratação da empresa através de procedimento licitatório, o julgamento mediante o critério de menor preço global se justifica em razão da viabilidade técnica para execução dos serviços por uma única prestadora, aliada a otimização e racionalização do acompanhamento da execução e fiscalização do contrato pela Administração, priorizando-se, a economia de escala e a ampliação da disputa entre prestadores do serviço da região e até de outros estados da Federação.
   6. 2.6 Esta contratação refere-se a serviço de natureza comum, cujo padrão de desempenho e qualidade é objetivamente definido por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, enquadrando-se no art. 32, inciso IV da Lei Federal nº.13.303/16 e art. 1º, parágrafo único da Lei Federal nº. 10.520/02, a saber, a modalidade pregão.
2. **RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros necessários aos pagamentos do objeto desta licitação são oriundos da CESAMA.

1. **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

A Contratada realizará serviços especializados de vigilância patrimonial armada e desarmada, motorizada e não motorizada de forma contínua e ininterrupta, abrangendo 15 locais, sendo 29 postos com 58 vigilantes. Além da mão de obra, a empresa deverá fornecer armamentos, munições, uniformes e demais insumos necessários para o desempenho das atividades, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), assegurando que todos os equipamentos atendam às normas de segurança vigentes, protegendo tanto os vigilantes quanto o patrimônio da CESAMA. Os profissionais alocados deverão ser devidamente capacitados e registrados de acordo com o Código 5173-30 da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego, garantindo a legalidade e conformidade dos serviços.

Os serviços devem seguir rigorosamente as especificações e padrões de qualidade definidos no Termo de Referência (TR), atendendo plenamente às necessidades e orientações de segurança da CESAMA.

1. **DA QUALIFICAÇÃO MÍNIMA DOS VIGILANTES:**
   1. 5.1. Conforme Portaria DG/PF Nº 18.045, de 17 de abril de 2023, alterada pela Portaria Nº 18.974, de 07 de maio 2024, o vigilante deverá, comprovando documentalmente, preencher os seguintes requisitos:
      * 1. Ser brasileiro nato ou naturalizado;
        2. Idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
        3. Ensino Fundamental, por instituição aprovada pelo MEC;
        4. Cópia do Título Eleitoral
        5. Cópia do Certificado de Reservista (para homens)
        6. Curso de formação de vigilantes(CFV) de 200 horas atualizado realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da legislação vigente;
        7. Ter sido aprovado em exames de saúde física, mental e de aptidão psicológica;
        8. Ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais sem registros de indiciamento em inquérito policial; sem registros de estar sendo processado criminalmente; ou sem registros de ter sido condenado em processo criminal (no local onde reside, bem como no local em que foi realizado o curso de formação, de reciclagem ou de extensão);
        9. Curso de reciclagem dentro do prazo de validade, nos termos da legislação vigente.
   2. **5.2. DAS ATRIBUIÇÕES DOS VIGILANTES:**
      1. 5.2.1 Garantir a segurança física das pessoas e a proteção do patrimônio;
      2. 5.2.2 Seguir rigorosamente a legislação, regulamentos, normas, bem como Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), orientações e recomendações internas;
      3. 5.2.3 Controlar, mediante identificação, registro em formulário próprio e observação, o acesso, a circulação e a saída de pessoas nas Unidades;
      4. 5.2.4. Controlar a entrada de materiais e exigir e conferir a apresentação de autorização para a saída de materiais, equipamentos, veículos e outros bens;
      5. 5.2.5 Promover rondas, averiguações e inspeções de acordo com a definição da CESAMA para cada Unidade;
      6. 5.2.6 Prevenir e coibir a entrada de pessoas não autorizadas ou tentativas de invasão às áreas das Unidades, identificar e fazer retirar aquelas que, por algum motivo, ali estão e/ou permanecem;
      7. 5.2.7 Prevenir e coibir práticas de crimes, ilícitos, desrespeito às normas e perdas de qualquer natureza nas Unidades;
      8. 5.2.8. Impedir o acesso e permanência de veículos não autorizados aos estacionamentos ou áreas não permitidas;
      9. 5.2.9 Comunicar à CESAMA, imediatamente e pelo meio mais ágil e eficaz, irregularidades detectadas, furtos, fraudes, desvios, não conformidades e riscos à segurança individual, de terceiros e ao patrimônio;
      10. 5.2.10 Cumprir as determinações relativas ao emprego adequado de iluminação, para a melhoria da segurança patrimonial;
      11. 5.2.11 Encaminhar à CESAMA, no menor tempo possível e com registro em livro próprio, os materiais, produtos, documentos, valores financeiros e afins dados como achados, perdidos ou abandonados durante o turno de serviço;
      12. 5.2.12 Identificar pessoas em atitudes suspeitas, que representem riscos e realizar abordagens de acordo com as boas práticas e técnicas de segurança patrimonial, em especial com comedimento, discrição e respeito à dignidade humana;
      13. 5.2.13 Acionar, conforme a situação exigir, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, o SAMU, a Polícia Civil, a Polícia Militar de Meio Ambiente ou a Guarda Municipal de Juiz de Fora para intervenção de acordo com as competências desses órgãos nominados e contribuir proativamente no que for solicitado, dentro da lei, para o êxito de suas atuações, para, logo em seguida, comunicar o motivo gerador e o desfecho do caso à CESAMA;
      14. 5.2.14 Registrar de forma correta, fidedigna, com descrição clara da data, hora, local, natureza e histórico de ocorrências havidas no turno do serviço ou que delas tomou conhecimento, em livro próprio e/ou formulários (digitalizados ou não) disponibilizados para a sua atividade;
      15. 5.2.15 Transmitir/receber pessoalmente as informações sobre todos os incidentes ocorridos e/ou em andamento, por ocasião das substituições dos turnos de serviço;
      16. 5.2.16 Conferir todo o material sob sua guarda e as instalações do posto (guarita), comunicando imediatamente à CESAMA qualquer irregularidade;
      17. 5.2.17 Utilizar ininterruptamente o colete à prova de balas durante os serviços nos postos das Unidades;
      18. 5.2.18 Colaborar em evacuações de edifícios e na prestação de primeiros socorros;
      19. 5.2.19 Atender e orientar, de forma solícita e cortês, as pessoas que necessitem de informações e esclarecimentos de conteúdos permitidos pela CESAMA;
      20. 5.2.20 Operar equipamentos eletrônicos disponibilizados para suporte às atividades de segurança patrimonial;
      21. 5.2.21 Revezar, se necessário, na atuação e apoio aos postos, em diferentes horários e Unidades;
      22. 5.2.22 Abrir e fechar corretamente portões, portas, janelas, cancelas, gradis e outras barreiras físicas afins ligadas à segurança patrimonial;
      23. 5.2.23 Controlar claviculários mediante a guarda, registros e liberação de chaves apenas às pessoas prévia e expressamente autorizadas;
      24. 5.2.24 Conduzir veículos motorizados (motocicletas) exclusivamente em atividades de ronda nas áreas das Unidades especificadas e obedecer rigorosamente a legislação aplicável ao trânsito em vias públicas e os conceitos de direção defensiva;
      25. 5.2.25 Colaborar com as atividades de fiscalização sobre seus serviços, respondendo prontamente a esclarecimentos, disponibilizando livros de registros para consultas, documentos, equipamentos e outras informações pertinentes que lhe forem perguntadas, por quem de direito;
      26. 5.2.26 Estar habilitado e capacitado, técnica e emocionalmente, para o emprego do armamento sob sua responsabilidade, nos postos de vigilância armada das Unidades da CESAMA e usar a arma apenas em legítima defesa, própria e de terceiros, como último recurso para evitar um mal maior.
      27. 5.2.27 Manter sigilo e não utilizar em nenhuma hipótese as informações a que tiver acesso em virtude de suas atividades laborativas, para gerar ou não benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
      28. 5.2.28 Não fazer ou capturar imagens da Cesama, por meio de CFTV ou equipamento como smartphone ou similares e não gravar ou copiar documentações a que tiver acesso, exceto quando expressa e previamente autorizada por quem de direito;
   3. **5.3. DOS UNIFORMES**
      1. 5.3.1 Os uniformes para uso dos vigilantes serão aqueles aprovados pelo Departamento de Polícia Federal (Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, alterada pela Portaria nº 3.559 de 10/6/2013) e disponibilizados pela empresa contratada;
      2. 5.3.2 A Contratada fornecerá aos vigilantes, 2 (dois) jogos completos de uniformes que deverão estar dentro do prazo de validade e em perfeitas condições de uso, com substituições assim que apresentarem desgastes, rupturas ou defeitos.
2. **DOS INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1 A Contratada disponibilizará aos vigilantes, em todos os postos, os instrumentos necessários à execução dos serviços, observadas as normas que regulam o assunto, em especial aquelas editadas ou que vierem a ser alteradas pelo Departamento de Polícia Federal;

**6.2 Instrumentos necessários à execução dos serviços:**

|  |  |
| --- | --- |
| **Descrição** | **Quantidade** |
| Revólver calibre 38 (06 tiros) | 14 |
| Baleiro | 14 |
| Munição | 168 |
| Cinto com coldre (com porta munição) | 15 |
| Livro de ocorrência | 15 |
| Tonfa/cassetete | 15 |
| Porta-tonfa/porta-cassetete | 15 |
| Apito com cordão  (individual) | 58 |
| Lanterna com bateria | 15 |
| Colete - placa balística | 15 |
| Colete - capa  (individual) | 58 |
| Aparelho de Smartphone (conforme item 6.3) | 15 |
| Motocicletas | 3 |
| Caixa de areia para realização de manuseio de municiamento | 14 |

6.3 Contratada deverá fornecer, por local de trabalho, um aparelho de smartphone, em pleno funcionamento para atender, exclusivamente, às necessidades operacionais dos vigilantes, com as seguintes especificações:

1. Sistema Operacional: O aparelho deverá operar em sistemas Android ou iOS, conforme necessidade do serviço, compatível com tecnologia 5G.
2. Chip de Dados: O aparelho deverá ser equipado com chip que permita acesso à internet de forma contínua, garantindo a comunicação ininterrupta entre o Vigilante, Preposto da Contratada, Fiscal e Gestora do Contrato.
3. Funções de Comunicação: O dispositivo deverá possibilitar chamadas telefônicas, envio de mensagens e acesso a aplicativos de mensagens instantâneas (ex.: WhatsApp), para assegurar a comunicação ágil em casos de incidentes.
4. Registro de Ocorrências: O smartphone deverá possuir câmera funcional para que o vigilante possa realizar registros de eventos ou incidentes, por meio de fotos e vídeos, quando necessário.
5. Armazenamento e Segurança: O aparelho deverá ter capacidade de armazenamento suficiente para os registros temporários e estar configurado com medidas de segurança, tais como senha ou reconhecimento biométrico, visando proteger as informações registradas.
6. Memória interna mínima de 128GB.
7. Resolução de câmeras: traseira de no mínimo 50MP e frontal de no mínimo 13MP.
8. Resolução de gravação de vídeo de no mínimo FullHD 30fps.
9. Capacidade da bateria de no mínimo 5.000mAh.

**6.4 MOTOS**

6.4.1 Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão utilizar tecnologia “flex” nos termos da Lei nº 9.660/98.

6.4.2 Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e nº 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

6.4.3 Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro 2018, complementações e alterações supervenientes.

6.4.4 Contratada deverá fornecer, uma motocicleta por unidade de vigilância motorizada em pleno funcionamento para atender, exclusivamente, às necessidades operacionais dos vigilantes, com as seguintes especificações técnicas:

1. Tipo: Motocicleta estilo "trail" / off-road;
2. Cilindrada: Entre 150 cc e 250 cc, conforme as necessidades de desempenho.
3. Tipo de motor: Motor monocilíndrico, quatro tempos, arrefecido a ar.
4. Alimentação: Injeção eletrônica de combustível.
5. Suspensão: Suspensão dianteira telescópica e suspensão traseira tipo mono amortecida (ou similar), projetadas para suportar terrenos acidentados.
6. Freios: Sistema de freios a disco na dianteira e a tambor ou a disco na traseira, com ou sem sistema de freios combinados (CBS).
7. Transmissão: Câmbio de cinco marchas (ou especificar a quantidade conforme a necessidade).
8. Altura do assento: Apropriada para terrenos acidentados e usuários de diferentes alturas.
9. Pneus: Pneus de uso misto, adequados para estradas pavimentadas e não pavimentadas, com especificação de medida mínima e tração.
10. Proteções: Protetor de motor e escapamento.
11. Iluminação: Farol de LED ou halógeno, indicadores de direção e luz de freio em conformidade com as normas de segurança vigentes.
12. A motocicleta deve atender às regulamentações do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito) e normas de segurança vigentes e possuir registro de licenciamento e emplacamento no órgão de trânsito competente.
13. Proteções laterais tipo matam cachorro para proteção quedas.
14. Duas antenas para proteção linhas de pipa instaladas no guidão.

6.4.5 Os veículos utilizados pelos vigilantes serão de propriedade da contratada, que arcará com os custos de combustível e manutenção, durante toda vigência do contrato.

**7. DOS ENDEREÇOS DE EXECUÇÃO, DESCRIÇÕES, ESCALAS, QUANTIDADE DE POSTOS E VIGILANTES**

* 1. 7.1 Os endereços de execução, as descrições do serviço, as escalas de cada posto, a quantidade de postos e de vigilantes necessários para o atendimento do objeto deste TR estão assim definidos:

Tabela

O conteúdo gerado por IA pode estar incorreto.

**8.VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS**

* 1. 8.1 A estimativa do valor do objeto da contratação de serviços foi realizada em conformidade com o Manual de Planejamento das Contratações, parte integrante do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC), a partir dos seguintes critérios:
  2. 8.2 A estimativa de valor foi realizada com base na solicitação de orçamentos a 15 empresas, incluindo fornecedores locais e nacionais, visando obter uma amostra representativa dos preços de mercado.
  3. 8.3 A média orçamentária foi calculada com base nos orçamentos apresentados, e as estimativas internas da Cesama, que foram elaboradas com base na Convenção Coletiva de Trabalho de 2024 (CCT/2024-2025).
  4. 8.4 Essa combinação visa estabelecer um preço de referência que, mesmo com a limitação no número de propostas recebidas, seja coerente e condizente com a realidade do mercado.

8.5 Esses critérios resultaram em um valor máximo aceitável para a contratação de R$5.844.046,40 (cinco milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quarenta e seis reais e quarenta centavos).

* 1. Tabela

     O conteúdo gerado por IA pode estar incorreto.

**9. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

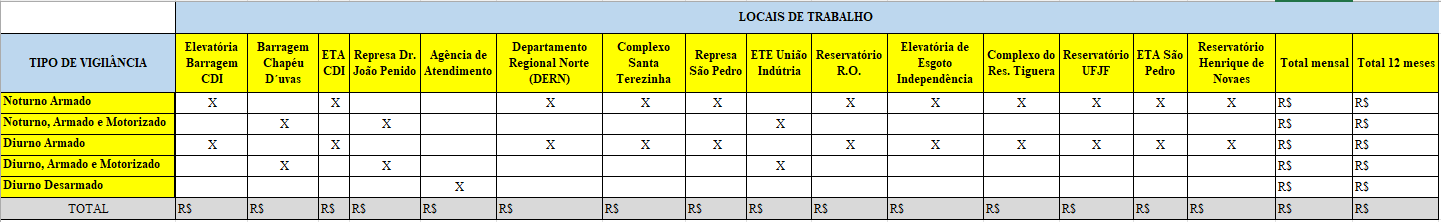
* 1. 9.1 A licitante deverá apresentar o preço global (anual) dos serviços e as planilhas de custos relativas a cada posto de vigilância, conforme modelo do Anexo II.
  2. 9.2 De acordo com o disposto nos acórdãos 369/2012, 1097/2019, 2601/2020, cada licitante, conforme seu enquadramento legal e atividade preponderante, deverá elaborar sua proposta em estrita conformidade com o documento coletivo aplicável à sua categoria. O referido documento deverá ser expressamente indicado na proposta, de modo a permitir a aferição da exequibilidade da oferta pela Administração, garantindo o cumprimento das normas e condições mínimas estabelecidas para a execução dos serviços.
  3. 9.3 As licitantes deverão incluir todas as despesas com uniformes, salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas, custos com aquisição de motocicletas, manutenção delas, custos com aquisição e manutenção de smartphones, lucros e demais insumos necessários à composição do preço proposto.
  4. 9.4 Deverão ser observados, quando do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, os valores, percentuais e benefícios exigidos em normas gerais e específicas aplicáveis, em especial aqueles estabelecidos na legislação vigente relativos ao recolhimento dos encargos sociais (tais como INSS, SESI ou SESC, SENAI ou SENAC, INCRA, Salário Educação, FGTS, Seguro Acidente de Trabalho/RAT/INSS, SEBRAE, Férias, 13º Salário e outros).
  5. 9.5 A licitante deverá observar as disposições do Decreto nº 6.957/2009 e outras que porventura tenham sido editadas até o momento da formulação de sua proposta, devendo aplicar o Fator Acidentário de Prevenção - FAP para o seu CNPJ, definido pelo Ministério da Previdência Social.
  6. 9.6 A licitante deverá preencher o item “Riscos Ambientais do Trabalho - RAT” da planilha de custos e formação de preços considerando o valor de seu FAP, a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.
  7. 9.7 Na formulação de sua proposta, a licitante deverá observar ainda o regime de tributação ao qual está submetida, no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento e comprovar por meio de documentação hábil o seu regime de tributação, a fim de que se possa certificar que as alíquotas do PIS e da COFINS consignadas na planilha conferem com sua opção tributária.
  8. 9.8 Na proposta comercial, Anexo II do presente Termo de Referência, a licitante deve fazer constar expressamente qual CCT foi utilizada para confecção da proposta.

**10. MEDIÇÕES**

* + 1. 10.1.1 As medições serão elaboradas mensalmente pelo gestor do contrato designado pela Cesama, e deter-se-ão sobre os serviços executados no período correspondente ao dia 1º a 30 ou 31 de cada mês, para fins de registro contábil e pagamento, ou em outro período determinado pela fiscalização da Cesama. As medições somente serão efetuadas se ocorrerem serviços no período supramencionado.
    2. 10.1.2 As medições poderão ser efetivadas até 10 (dez) dias do mês subsequente ao período considerado no item 10.1.1, data limite para emissão pela Cesama da ordem de faturamento.
    3. 10.1.3 A Contratada deverá enviar mensalmente a documentação necessária para subsidiar a medição, conforme a relação descrita abaixo.

|  |  |
| --- | --- |
| **Nº Item** | **Documento** |
| 01 | Apontamento (a cargo da contratante) |
| 02 | Nota Fiscal (referente ao período da medição, indicando o nº do contrato e licitação) |
| 03 | Resumo da Contratação(conforme item 10.1.5) |
| 04 | Certidão de Falência e Concordata (Recomendado/não obrigatório) |
| 05 | Certidão de regularidade FGTS |
| 06 | Certidão de regularidade (conjunta) INSS |
| 07 | Certidão de regularidade CNDT |
| 08 | Folha de Ponto |
| 09 | Comprovante de VT e declaração de não opção de VT |
| 10 | Comprovante de pagamento de VA |
| 11 | Comprovante de pagamento de Salários |
| 12 | Folha de pagamento (relação de empregados) |
| 13 | Guia de recolhimento INSS |
| 14 | Comprovante de recolhimento INSS |
| 15 | Guia de recolhimento FGTS |
| 16 | Comprovante de recolhimento FGTS |
| 17 | Detalhe da guia emitida FGTS |
| 18 | Aviso de férias e Comprovante de pagamento (se for o caso) |
| 19 | Rescisão de contrato, comprovante de pagamento e demais documentos pertinentes (se for o caso) |

10.1.4 A planilha de resumo de contratação deve seguir o modelo abaixo, sendo que onde consta o “X” deve ser informado o valor do posto.



10.1.5 Para o envio dos documentos contantes no item 10.1.3, a CONTRATADA deve atentar-se à orientação correta dos documentos (vertical e horizontal), formado PDF, a legibilidade e a validade dos documentos, bem como a numeração e nomenclatura da documentação.

1. **Pagamentos**
   1. 11.1 A CESAMA efetuará os pagamentos relativos aos compromissos assumidos, através de medições mensais, 30 (trinta) dias após a execução dos serviços com a apresentação e aceitação da Nota Fiscal pelo departamento competente da CESAMA.
   2. 11.2 Caso o vencimento ocorra no sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo para a CESAMA, o pagamento será realizado no primeiro dia subsequente.
   3. 11.3 O pagamento será efetuado por meio depósito em conta bancária ou via TED (transferência eletrônica disponível), cujas tarifas extras correrão por conta da CONTRATADA.
   4. 11.4 O pagamento só poderá ser realizado em nome da contratada e os boletos não poderão, em hipótese nenhuma, ser pagos em nome de outro beneficiário.
   5. 11.5 As notas fiscais eletrônicas deverão ser enviadas para o e-mail [nfe@cesama.com.br](mailto:nfe@cesama.com.br) com cópia para [flaguardia@cesama.com.br](mailto:flaguardia@cesama.com.br).
   6. 11.6 Deverá constar na descrição da Nota Fiscal / Fatura o número da licitação e ou número do Contrato.
   7. 11.7 O pagamento **SOMENTE** será efetuado:

a) Após a aceitação das notas fiscais/faturas;

b) Após o recolhimento pela contratada de quaisquer multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplemento contratual.

c) Todas as comprovações deverão ser do período de referência ao pagamento;

* 1. 11.8 Todos os valores apresentados deverão estar de acordo com o salário-mínimo da classe a que pertencer os empregados, sem o qual a CESAMA ficará inibida da quitação da Nota Fiscal / Fatura.
  2. 11.9 O recolhimento do INSS e do FGTS referente aos serviços deverá ser feito de forma individualizada, por tomador, e esta condição deverá ser comprovada mensalmente, a cada emissão de Nota Fiscal.
  3. 11.10 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
  4. 11.11 O CNPJ da Contratada constante da Nota Fiscal / Fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada na licitação.
  5. 11.12 Será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA como índice para reajuste de preços nos contratos da CESAMA, quando couber, e o marco inicial para concessão do reajuste será a data limite da apresentação da proposta.
  6. 11.13 Para o primeiro reajuste, o marco inicial para a concessão do reajustamento de preços é a data limite da apresentação da proposta.
  7. 11.14 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
  8. 11.15 Na hipótese de ocorrer atraso no pagamento da Nota Fiscal / Fatura por responsabilidade da CESAMA, esta se compromete a aplicar, conforme legislação em vigor, juros de mora sobre o valor devido “pro rata” entre a data do vencimento e o efetivo pagamento.
  9. 11.16 A Contratada não poderá ceder ou dar em garantia, em qualquer hipótese, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do Contrato.
  10. 11.17 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.
  11. 11.18 Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos tributos que incidirem sobre o objeto deste Contrato.
  12. 11.19 As provisões de encargos trabalhistas a serem pagas à CONTRATADA serão suprimidas do valor mensal a ser pago e depositadas em conta vinculada específica, conforme Resolução nº. 021/2023 da CESAMA, parte integrante desta licitação;
      1. 11.19.1 Depósito das provisões de encargos trabalhistas em conta vinculada específica, conforme Resolução nº. 021/2023, da CESAMA, será de 18,23%.
  13. 11.20 A antecipação de pagamento só poderá ocorrer caso o serviço tenha sido entregue.
  14. 11.21 A Cesama poderá realizar o pagamento antes do prazo definido no item 11.1, através de solicitação expressa da contratada, que será analisada pela Gerência Financeira e Comercial, de acordo com as condições financeiras da Cesama. Havendo a antecipação do pagamento, ele sofrerá um desconto financeiro, e o índice a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acrescido de 1% (um por cento) “pro rata”.
  15. 11.22 Será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como parâmetro para o reajuste dos preços dos insumos relacionados ao Módulo 5 da Planilha de Custos e Formação de Preços, aplicável aos serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. O marco inicial para a concessão do reajuste será a data da apresentação da proposta comercial.

**12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

* 1. 12.1 Executar o Contrato fielmente, conforme definido no Termo de Referência e seus anexos.
  2. 12.2 Arcar com todos os custos e encargos resultantes da execução do objeto do presente contrato, aquisição e manutenção preventiva das motocicletas, smartphones, impostos, taxas, emolumentos incidentes sobre a prestação do serviço, e tudo que for necessário para a fiel execução dos serviços contratados.
  3. 12.3 Atender às determinações da fiscalização da CESAMA e providenciar a imediata correção, quando esta for solicitada.
  4. 12.4 Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços, substituindo em até 24 horas aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício ou imperfeição, ou não se adequarem ao Termo de Referência, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão do Contrato.
  5. 12.5 Cumprir os prazos previstos no Termo de Referência ou outros que venham a ser fixados pela CESAMA.
  6. 12.6 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da CESAMA.
  7. 12.7 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato.
  8. 12.8 Providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pela CESAMA com respeito à execução do serviço.
  9. 12.9 Executar o objeto do presente Termo de Referência nas condições e prazos estabelecidos, seguindo ordens e orientações da CESAMA
  10. 12.10 Encaminhar ao DEST - Departamento de Saúde e Segurança no Trabalho da CESAMA (smt@cesama.com.br), no prazo máximo de 15 (quinze) diascorridos após assinatura do contrato, os documentos abaixo relacionados, sem os quais, não será emitida a Ordem de Serviço:
      1. Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR;
      2. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
      3. Nome e telefone para contato do responsável pela Segurança e Medicina do Trabalho da contratada.
  11. 12.11.1 Até a primeira medição contratual, a contratada deverá encaminhar ao Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho da CESAMA, para o e-mail smt@cesama.com.br, a documentação abaixo relacionada, sem a qual não será efetuado o pagamento:

a) Cópia de Fichas de EPIs dos empregados na forma física ou eletrônica;

b) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO de todos os empregados.

* 1. 12.11.2 Encaminhar a Cesama quando da admissão de funcionários, o Contrato de Trabalho, Cópia da anotação na Carteira de Trabalho e ASO;
  2. 12.11.3 Havendo alteração na equipe de trabalho que atuará na execução do objeto do Contrato, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CESAMA os documentos relacionados no item 12.10, referentes ao empregado admitido e que irá compor a equipe de trabalho.
  3. 12.11.4 A cada renovação contratual, fica a CONTRATADA obrigada a reapresentar a documentação que culminou em sua habilitação.
  4. 12.12 Para a prestação dos serviços de vigilância e segurança patrimonial cabe à Contratada:

1. Implantar, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço e/ou da solicitação formal por parte da CESAMA, a mão de obra nos respectivos postos relacionados na Especificação, e nos horários fixados pela escala de serviço elaborada pela empresa prestadora do serviço, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo e/ou que a impossibilite de assumir os postos conforme o estabelecido;
2. Fornecer uniformes (calça, camisa, sapato ou coturno, boné, cordel, cassetete, blusa de frio e capa de colete a prova de balas), smartphone, motocicleta, quando for necessário, e seus complementos à mão de obra envolvida, conforme disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho;
3. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
4. Comprovar obediência à periodicidade legalmente estabelecida, quanto ao curso de reciclagem, custeado pela contratada;
5. Disponibilizar vigilantes na quantidade necessária, inclusive para férias e substituições, para garantir a operação dos postos nos regimes contratados, uniformizados e portando crachá com foto recente;
6. Efetuar a reposição de vigilantes nos postos, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra);
7. Comunicar à unidade da Cesama que administra o contrato, Departamento de Manutenção Civil e Segurança Patrimonial (DMSP), toda vez que ocorrer afastamento, férias, rescisão, ou qualquer irregularidade, substituição ou inclusão de qualquer elemento da equipe que esteja prestando serviços; no caso de substituição ou inclusão, a Contratada também deverá proceder de igual forma;
8. Deverá ser enviada previamente à CESAMA a programação de férias dos empregados da Contratada;
9. Assegurar que todo vigilante que cometer falta disciplinar, não será mantido no posto ou em quaisquer outras instalações da Cesama;
10. Em hipótese alguma deverá ser feita substituição de empregado por outro não qualificado ou entendido como inadequado para a prestação dos serviços;
11. Instruir seus vigilantes quanto às necessidades de acatar as orientações da CESAMA, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da CESAMA;
12. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;
13. Manter o controle de frequência e pontualidade dos vigilantes sob seu contrato garantido que os postos de trabalho não fiquem desguarnecidos, especialmente devido à natureza ininterrupta do serviço;
14. Responsabilizar-se pela idoneidade e comportamento de seus empregados, prepostos e subordinados e, ainda por quaisquer prejuízos que sejam causados à CESAMA ou a terceiros;
15. Relatar à CESAMA toda e qualquer irregularidade observada nos postos;
16. Conforme o disposto no Art. 75 do Manual de Convênios e de Gestão de Fiscalização de Contratos (anexo do RILC), a CONTRATADA deverá designar e indicar seu representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos técnicos e legais, devendo efetuar o acompanhamento contínuo periódico da execução do contrato;
17. No ato da designação do preposto, a CONTRATADA deverá apresentar todas as informações de contato do preposto designado (endereço, telefone, celular, WhatsApp, e-mail etc.), bem como os canais específicos para o registro de solicitações, consultas, intimações etc.;
18. A CONTRATADA deverá garantir a realização de pelo menos uma reunião presencial por quinzena, ou mediante demanda**,**com a participação do preposto ou representante legal, a ocorrer na cidade de prestação do serviço, no endereço a ser definido pela Cesama;
    1. Todas as despesas relacionadas à locomoção, alimentação e hospedagem serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
    2. A primeira reunião entre a Contratante e a Contratada ocorrerá de forma presencial, na cidade onde será prestado o serviço objeto do contrato, com a participação dos sócios da empresa vencedora do processo licitatório e opreposto por esta designado.
19. Compete à Contratada obrigatoriamente, inspecionar os postos, periodicamente, ficando o custo deste serviço por conta da Contratada;
20. Compete à Contratada obrigatoriamente, coordenar operacional e administrativamente, garantindo o controle de qualidade dos serviços prestados;
21. Em atendimento ao disposto no Art. 76 do Manual de Convênios e de Gestão de Fiscalização de Contratos, a CONTRATADA deverá anotar em registro próprio, devidamente carimbado e assinado, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, mantendo a plena comunicação, esclarecimentos e encaminhamentos ao Fiscal de Contrato da Cesama;
22. Compete à Contratada obrigatoriamente, a responsabilidade pela gestão administrativa dos empregados da Contratada — incluindo a definição de horários, controle de frequência e concessão de férias e demais rotinas administrativas — caberá integralmente ao preposto designado pela Contratada, sem qualquer interferência da Contratante. Ficando expressamente estabelecido que não haverá qualquer vínculo de subordinação entre os empregados da Contratada e a Contratante, preservando-se a autonomia da Contratada na administração de seu pessoal e evitando a configuração de vínculo empregatício entre as partes;
23. Garantir a operação dos postos nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, responsabilizando-se diretamente pelos serviços mencionados em quaisquer dos documentos que integram o contrato;
24. Identificar todos os equipamentos de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CESAMA;
25. Efetuar obrigatoriamente manutenção periódica do armamento utilizado pelos vigilantes;
26. Fornecer as armas, munição e respectivos acessórios ao Vigilante no momento da implantação dos Postos;
27. Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;
28. A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da CESAMA, depois de esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;
29. O telefone disponibilizado aos vigilantes deverá ser utilizado exclusivamente para finalidades relacionadas ao serviço;
30. Cumprir todas as normas contidas na CCT - Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, vigente durante a execução contratual, e
31. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições que culminaram em sua habilitação.
32. **OBRIGAÇÕES DA CESAMA**
    1. 13.1 Emitir a Ordem de Serviço, indicando o início da execução dos serviços.
    2. 13.2 Efetuar todos os pagamentos devidos à Contratada, nas condições estabelecidas.
    3. 13.3 Fornecer as instruções necessárias à execução e efetuar todos os pagamentos devidos à Contratada, nas condições estabelecidas;
    4. 13.4 Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
    5. 13.5 Em atendimento ao disposto no Art. 76 do Manual de Convênios e de Gestão de Fiscalização de Contratos, a Cesama, por meio do fiscal do contrato também fica obrigada a anotar em registro próprio, devidamente carimbado e assinado, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
    6. 13.6 Em cumprimento ao disposto no item 13.5, será feito mensalmente pelo (a) Fiscal do Contrato e anexado a medição para pagamento, o preenchimento do documento de Relatório de Execução de Serviço (Anexo III).
    7. 13.7 Exigir o afastamento imediato e/ou substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;
    8. 13.8 Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade e em desconformidade com o Termo de Referência;
    9. 13.9 Notificar a empresa Contratada de qualquer irregularidade constatada, por escrito, para que seja sanada sob pena de incorrer nas sanções previstas neste Termo de Referência.
    10. 13.10 Disponibilizar água potável, armários para a guarda de uniformes, local para conservar, aquecer e tomar as refeições, instalações sanitárias e chuveiros, proteção contra intempéries, mobiliário necessário incluindo cadeiras ergonomicamente adequadas etc.;
    11. 13.11 A CESAMA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa Contratada e de seus empregados, prepostos ou subordinados.
    12. 13.12 Todas as solicitações e notificações entre as partes deverão ser realizadas por escrito, utilizando e-mail, WhatsApp ou qualquer outro meio que permita comprovação do conteúdo tratado.
    13. 13.13 Na hipótese de alteração, ainda que temporária, dos locais de trabalho/endereços listados nesta especificação, a CESAMA informará o novo endereço, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, de modo a permitir as comunicações e adaptações que garantam a continuidade da prestação dos serviços.
33. **JULGAMENTO**
    1. 14.1 O critério de julgamento será pelo MENOR PREÇO, representado pelo MENOR PREÇO GLOBAL, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
34. **PENALIDADES**
    1. 15.1 Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas no edital e seus anexos, inclusive no Contrato, a Contratada ficará sujeita às penalidades previstas no RILC - Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CESAMA, além das previstas neste termo de referência, no edital e no contrato.
    2. 15.2 O atraso injustificado na prestação dos serviços sujeita a CONTRATADA ao pagamento de multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) para cada dia de atraso, até o limite de 30% (trinta por cento), sobre o valor global do Contrato.
    3. 15.3 Pela inexecução, total ou parcial do Contrato, a CESAMA poderá aplicar à CONTRATADA isoladamente ou cumulativamente:

a) advertência;

b) multa meramente moratória, como previsto no item 15.2 ou multa-penalidade de até 3% (três por cento) sobre o valor do Contrato;

c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CESAMA, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**16. CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO**

* 1. 16.1 O Contrato obedecerá às disposições da Lei Federal nº 13.303 de 30/06/2016 e alterações posteriores e no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios (RILC) da Companhia de Saneamento Municipal – Cesama, bem como as disposições do Termo de Referência e Edital e preceitos do direito privado, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão.
  2. 16.2 São partes integrantes do Contrato, independente de transcrição, o Aviso de Licitação, o Edital e seus anexos, o Termo de Referência e a proposta do licitante vencedor e seus anexos.
  3. 16.3 O regime de execução do Contratoseráempreitadaporpreço global.
  4. 16.4 O prazo de vigênciacontratual é de 12 (doze) meses contados a partir da assinaturado contrato.
  5. 16.5 O contrato pode ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 05 (cinco) anos, de acordo com o art. 71 da Lei n.º 13.303/2016 e Art. 105 do RILC poracordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, observada a oportunidade e vantajosidade.
  6. 16.6 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no Contrato estabelecidos no art. 81, §1º da Lei Federal nº 13.303/16.
  7. 16.7 Conforme o art. 105, inciso X, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama, toda prorrogação de prazo sera justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente da CESAMA para celebrar o Contrato.
  8. 16.8 Sempre que for necessário acrescer ou reduzir os valores e/ou prazos contratuais, as modificações procedidas deverão fazer parte de aditamento a ser assinado pelas partes. Eventuais acréscimos nas quantidades do objeto da licitação, quando necessário, poderão ser admitidos desde que autorizados pela CESAMA, com base nos preços unitários contratados.
  9. 16.9 Para assinatura do Contrato a empresa deverá comprovar a regularidade de situação perante o INSS, o FGTS e a Justiça do Trabalho, através de certidões dentro do prazo de validade.
  10. 16.10 Para a efetiva contratação, o licitante vencedor deverá estar quite com a CESAMA, quando sediado ou domiciliado no município de Juiz de Fora/MG. Caso tenha algum débito, o mesmo deverá ser quitado para que o contrato possa ser assinado.
  11. 16.11 A empresa Contratada deverá iniciar a prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço e/ou da solicitação formal por parte da CESAMA.
  12. 16.12 O licitante vencedor se obriga a assinar o Contrato em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da notificação da CESAMA, respondendo pelos ônus dos tributos que incidam ou venham a incidir sobre o ato ou instrumento que o formalize conforme art. 60 do RILC.
  13. 16.13 Decorrido o prazo do item anterior e não comparecendo o licitante vencedor para aassinatura do Contrato, ele sera considerado como desistente, conforme Art. 61 do RILC.
  14. 16.14 O prazo previsto no item 16.12 poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa do licitante vencedor e autorização da Cesama.
  15. 16.15 Ocorrendo a hipótese descrita no item 16.13, serão convocados, sucessivamente, para análise de propostas, os licitantes classificados imediatamente após o desistente, dentro dos prazos e nas mesmas condições do primeiro classificado, inclusive quanto ao preço oferecido, conforme art. 75 da Lei 13.303/2016 ou na impossibilidade de se aplicar o disposto no referido artigo a Cesama deverá revogar a licitação.
  16. 16.16 Fica reservado à fiscalização o direito de solicitar da contratada, a qualquer tempo, a documentação de pessoal (quadro de pessoal e carteiras de trabalho) e demais documentos inerentes a contratação, além daqueles mencionados nesteTermo de Referência e seus anexos.

**17**. **DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

* 1. 17.1 No que se refere a inexecução e a rescisão do contrato, aplica-se o disposto nos art. 85 do Manual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contrato, integrante do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama.
  2. 17.2 A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.
  3. 17.3 Constituem motivo para rescisão do contrato os especificados no art. 86 e seguintes do Manual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contratos da Cesama.
  4. 17.4 A rescisão do contrato poderá ser:

a) por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;

b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Cesama;

c) judicial, nos termos da legislação.

* 1. 17.5 A rescisão por ato unilateral a que se refere à alínea “a” do item acima, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias, conforme descrito no art. 90, §1º, do Manual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contrato.
  2. 17.6 Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o item anterior será de 90 (noventa) dias.
  3. 17.7 Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da Contratada poderá ter ainda direito a:

a) devolução da garantia, quando houver;

b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

c)pagamento do custo da desmobilização, quando houver.

**18**. **GARANTIA CONTRATUAL**

* 1. 18.1 Para assegurar a plena execução do objeto contratual será exigida a garantia contratual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas.

**19. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO / PROPOSTA:**

**19. 1 PARA FINS DE HABILITAÇÃO:**

**19.1.1Quanto a Qualificação Técnica:**

1. Comprovação de execução dos serviços feita através de atestado(s) compatível(is) com o objeto licitado e com o Termo de Referência, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;
2. Para efeito de análise da compatibilidade do atestado técnico as licitantes deverão comprovar a capacidade de gestão de mão de obra no quantitativo mínimo de 50%, ou seja, 29 vigilantes. Esta exigência justifica-se para fins de comprovação de que as empresas tenham experiência na execução do objeto do edital com condições de prestar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela CESAMA. O parâmetro fixado é adequado, necessário, suficiente e pertinente ao objeto licitado, assegurando-se de que a exigência não implica restrição do caráter competitivo do certame.
3. Autorização de funcionamento, conforme Portaria n° 3.233/2012-DG e a Portaria 18.045/23-DG/PF do Departamento de Polícia Federal, juntamente com o Alvará de funcionamento em vigor.

**19.1.2. Quanto a Qualificação Econômico-Financeira:**

1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ourecuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

O licitante em recuperação judicial deverá apresentar comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 e do art. 162 da Lei nº 11.101/2005.

1. Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis do último exercício social, sendo considerados aceitos na forma da lei, de acordo com de acordo com a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; e ITG 1.000 – Manual de Contabilidade Simplificada para Micros e Pequenas Empresas), devendo ser observado o Princípio da Comparabilidade; e apresentados através de:
2. Demonstrações Contábeis extraídas do Livro Diário com a devida numeração de página ou publicados em Diário Oficial ou jornal de grande circulação;
3. Prova de registro na Junta Comercial, em Cartório ou no SPED contábil;
4. Assinatura do Contador e do representante legal da Entidade no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício;
5. Demonstração, na forma da Lei, de que possui patrimônio líquido mínimo de 10% do valor máximo aceitável do certame para utilização no período de 12 meses, ou seja, **R$584.404,64 (quinhentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quatro reais e sessenta e quatro centavos),** devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, admitida a atualização por índices oficiais;
6. Comprovação de boa situação financeira apurada através dos índices:
   1. **Liquidez corrente** (LC), maior ou igual 1,0 (um inteiro) calculado pela fórmula:

LC = AC / PC**,** onde:

AC = Ativo circulante;

PC = Passivo Circulante;

* 1. **Grau de endividamento** (GE) menor ou igual 0,60 (sessenta centésimos), calculado pela fórmula:

GE= (PC + PNC) / AT**,** onde:

GE = Grau de endividamento, PC = Passivo Circulante, PNC = Passivo Não Circulante; e AT = Ativo Total.

Serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal.

1. Em cumprimento ao estabelecido no art. 58, inciso III da Lei n. 13.303/16, a habilitação deverá ser apreciada a partir do parâmetro de capacidade econômica e financeira da licitante, dentre outros. A exigência de Índice de Liquidez Corrente (ILC) e Grau de Endividamento (GE) se mostra pertinente para o específico objeto a ser contratado, pois está em conformidade com a orientação vigente da Gerência Financeira e Contábil da CESAMA, e com parâmetros adotados no setor de serviços públicos.
2. Tais índices guardam relação de razoabilidade e proporcionalidade com o objeto deste certame e foram fixados em patamar mínimo para resguardar a seleção apenas entre licitantes que possuam condições suficientes para solver suas obrigações, portanto, não restringem a competitividade do certame, em obediência ao art. 31 da Lei das Estatais.

**19.1.3 Quanto a Habilitação Jurídica:**

A Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;
3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de Diretoria em exercício e
4. Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

**20. DISPOSIÇÕES GERAIS**

* 1. 20.1 A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CESAMA e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela Contratada para a execução do objeto contratual, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.
  2. 20.2 A CESAMA e a Contratada poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos do artigo 81, inciso VI, da Lei n. 13.303/16, por novo pacto precedido de cálculo ou de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.
  3. 20.3 A CESAMA reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer serviço em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação nos termos do previsto no Manual de Convênios e de Gestão e Fiscalização de Contratos, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Cesama (RILC), assim como aplicar o disposto no inciso VI do artigo 29 da Lei nº 13.303/16, sem prejuízo das sanções previstas.
  4. 20.4 Qualquer tolerância por parte da CESAMA, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela Contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a CESAMA exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.
  5. 20.5 A Contratada, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, à CESAMA, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se à CESAMA o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.
  6. 20.6 A Contratada guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações ou documentos fornecidos pela CESAMA ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedadas todas ou quaisquer reproduções deles, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término.
  7. 20.7 Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade da CESAMA, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização da CESAMA, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação.
  8. 20.8 A contratação será formalizada mediante celebração de contrato, nos termos do art. 98, do RILC.
  9. 20.9 Aplica-se à esta contratação a Lei Federal 13.303 de 30 de junho de 2016, e alterações posteriores, inclusive aos casos omissos, bem como a Lei nº 12.846 – Anticorrupção, a Política Anticorrupção, o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, o Código de Ética da CESAMA, e a legislação municipal civil e ambiental aplicáveis ao objeto da contratação como também, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018.
  10. 20.10 Toda e qualquer atividade de tratamento de dados deve atender às finalidades e limites previstos na contratação e estar em conformidade com a legislação aplicável, principalmente, mas não se limitando à Lei 13.709/18 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD").
  11. 20.11 A CESAMA, constituída na forma de empresa pública, não é contribuinte do ICMS, observando, portanto, o regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (RICMS – SEFAZ/MG), em seu Anexo IX, Capítulo XXXVI, que dispõe:

*Art. 304-A. Na hipótese de operação tendo como destinatário pessoa não contribuinte do imposto, a mercadoria poderá ser entregue neste Estado em local diverso do endereço do destinatário, desde que no campo “Informações complementares” da nota fiscal constem a expressão “Entrega por ordem do destinatário” e o endereço do local de entrega*.

Flávia de Almeida Laguardia  
Chefe Depto. De Manutenção Civil e Segurança Patrimonial - DMSP

Autorizado/Aprovado por

Juliane Nogueira  
Gerente de Infraestrutura - GEIN

Vinícius Azevedo Heckert

Diretor Financeiro e Administrativo – DRFA

**ANEXO I**

**PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA CESAMA**

**ANEXO II**

**MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA PREEENCHIMENTO**

**ANEXO III**

**RELATÓRIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**